

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVII nº 728
11 a 24 de julho de 2016

PPPs

MODELO DE CONCESSÃO
PODE DESTRAVAR INVESTIMENTOS



Fabiano Veneza

FIRJAN LANÇA ANUÁRIO
DA INDÚSTRIA
DE PETRÓLEO
Págs. 4 e 5



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

SEMINÁRIO DEBATE O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO SETOR DE SOLDA

As inovações para a indústria de solda e suas aplicações foram temas do 2º Seminário de Tecnologia de Materiais de Soldagem. Alguns dos assuntos debatidos foram soldagem robotizada, soldagem TIG (Tungsten Inert Gas) orbital, sistema que utiliza eletrodo de gás tungstênio, e ensaios de materiais, para avaliação do produto. “A ideia é alinhar o treinamento à utilização das inovações na prática”, destacou Rosana Vale, coordenadora do Centro de Referência de Soldagem do IST Solda.

O encontro reuniu no Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Solda trabalhadores do setor, estudantes e especialistas do Sistema FIRJAN, que apresentaram os 13 novos cursos do programa de capacitação da unidade para 2016. O seminário foi realizado em 22 de junho. As próximas edições serão em 13 de julho e 14 de setembro.

ENCONTRO DE NEGÓCIOS DO GRANDE RIO MOVIMENTARÁ ATÉ R\$ 44 MILHÕES

A 11ª edição do Encontro de Negócios do Grande Rio reuniu 27 grandes empresas compradoras e contou com mais de 300 reuniões, com expectativa de

movimentar R\$ 44 milhões em novos negócios nos próximos dois anos. O evento foi uma oportunidade para indústrias de todos os portes fortalecerem seu *networking*, expandirem mercado e acessarem informações estratégicas para melhoria da competitividade.



Vincius Magalhães

Foram realizadas mais de 300 reuniões de negócio durante o evento

De acordo com Roberto Leverone, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense Área II, o encontro teve como mérito fomentar negócios na região em um momento delicado do estado e do país: “A economia está em retração e a indústria sente os efeitos da perda de competitividade. Por isso enxergamos nesse evento uma grande oportunidade para alavancar o desenvolvimento local”.

O encontro foi promovido pela Representação Regional, em parceria com o Sebrae e a Braskem, e aconteceu em 29 de junho, no SESI Duque de Caxias.

UNIDADE MÓVEL ODONTOLÓGICA DO SESI PROMOVE ATENDIMENTO NA ICN

Uma parceria entre a Itaguaí Construções Navais (ICN) e o Sistema FIRJAN aumentará o bem-estar e a produtividade dos 1.400 colaboradores da empresa. Durante um ano, os funcionários receberão atendimento na Unidade Móvel Odontológica do SESI, que ficará instalada na ICN. “Conseguimos reduzir as faltas e aumentamos a satisfação dos nossos funcionários. Como conhecíamos o trabalho do SESI, procuramos o Sistema FIRJAN para a parceria”, explicou Adriana Pereira, coordenadora de Saúde da ICN. A ação teve início em maio. Mais informações sobre esse serviço pelos telefones 0800 0213 231 e 4002 0231.

MERCO NOROESTE FOMENTA NEGÓCIOS ENTRE EMPRESAS LOCAIS

Considerada uma das principais feiras de negócios do estado, a Merco Noroeste reuniu empresas de todos os portes. A FIRJAN foi uma das patrocinadoras do evento e promoveu, nesta edição, uma rodada de negócios que teve como empresa âncora a Faculdade Redentor. A instituição negociou com fornecedores mais de 100 itens de compra.

José Carlos Machado, gerente comercial da Cipel, participou da rodada pela primeira vez e saiu com boas perspectivas de negócio: "O evento foi uma

excelente oportunidade de apresentar os produtos da minha empresa. No dia seguinte, fui até a Faculdade Redentor e levei amostras de nosso papel. Fecharemos uma compra em breve".

O estande da Federação no evento contou com o Espaço do Associado, criado com o objetivo de promover *networking* entre executivos e possibilitar que a indústria local fomentasse suas vendas. A feira foi promovida de 23 a 25 de junho, em Itaperuna.

GIRO MÓVEIS APRESENTA TENDÊNCIAS DA INDÚSTRIA ITALIANA

Empresários da indústria moveleira conheceram as principais novidades em gestão da produção, tecnologia e equipamentos para o setor no Giro Móveis, que apresentou as tendências identificadas em missão sindical à Itália, realizada em maio. De acordo com Fernando Aguiar, diretor do Sindicato da Indústria do Mobiliário de Campos dos Goytacazes (Sindimob), as peças mais refinadas, com design personalizado, estão entre as apostas mais fortes da indústria italiana. "Vimos que eles investem em inovação, mas também respeitam a tradição e o cuidado no trato com a madeira", detalhou Aguiar.

Realizado na sede do Sistema FIRJAN em 29 de junho, o Giro Móveis também vai percorrer outras cidades. Confira o calendário do evento no site <http://tinyurl.com/h3lxtuf>.



Fabiano Venezia

O especialista Hugo Grippa no Giro Móveis: informação qualificada

SINDICATOS COMPARTILHAM EXPERIÊNCIAS DE SUCESSO EM GESTÃO

Para apresentar boas práticas de gestão sindical, o Sistema FIRJAN e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) convidaram sindicatos com experiências de sucesso para compartilharem suas iniciativas com outras entidades. Um dos casos apresentados foi o do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio). A instituição tem comissões técnicas que debatem temas como educação social, mercado imobiliário e obras públicas, além de promover palestras, cursos e informes com

temas relevantes e de impacto direto no setor. "As ações que elaboramos foram criadas para reduzir os custos de nossos associados", explicou Roberto Kauffmann, presidente do Sinduscon-Rio.

A experiência do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Blumenau (Simmemb), de Santa Catarina, também esteve em pauta. O Bate-Papo Sindical: Práticas de Gestão Sindical aconteceu na sede da FIRJAN, em 28 de junho.

ANUÁRIO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO REÚNE ANÁLISE CONJUNTURAL E PERSPECTIVAS PARA A CADEIA DE FORNECEDORES

A conjuntura político-econômica do Brasil e a queda do preço do barril de petróleo têm imposto grandes desafios ao mercado de petróleo fluminense. Os impactos negativos da retração das economias interna e externa ainda são sentidos, o que torna urgente encontrar soluções para a retomada do crescimento. Com o objetivo de fortalecer a indústria do estado e dar subsídios às tomadas de decisão nesse período desafiador, o Sistema FIRJAN lançou o Anuário da Indústria de Petróleo no Rio de Janeiro - Panorama 2016.

O documento traz dados sobre a produção de petróleo, localização das plataformas, áreas de partilha e cessão onerosa, blocos e campos concedidos, refino e produção, além de empregos, entre outras informações. Para a indústria, é uma fonte única que possibilita ter uma visão histórica do tema, entender o contexto atual e prever tendências para os próximos anos.

O presidente da FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, acredita que o anuário vai contribuir para a construção de um mercado competitivo e atraente ao investidor, com benefícios para a sociedade. "Existe uma grande premência em agilizar a retirada do óleo do pré-sal. Considerando os volumes atuais, as reservas brasileiras provadas equivalem a perto de 20 anos de produção. Se não nos apressarmos, corremos o risco de ver esse petróleo chegar quando os olhos do planeta já estiverem voltados para outras fontes", destacou Gouvêa Vieira.

O Anuário prevê que a expectativa de volume a ser explorado nos campos do pré-sal esteja em torno



Eduardo Eugenio participou do lançamento do Anuário da Indústria de Petróleo

de 56 bilhões de barris de óleo equivalente. Para a FIRJAN, só será possível atingir a total capacidade de produção se forem realizadas adequações regulatórias como o fim do operador único no pré-sal, atraindo investimento de outras operadoras, assim como o aperfeiçoamento das regras de conteúdo local.

Outro pleito primordial defendido pela Federação e pelas entidades do mercado é a volta dos leilões com uma agenda permanente. Com a falta de regularidade na realização, o Brasil deixa de contabilizar reservas e proporcionar uma dinâmica que dê condições de sustentabilidade a esse mercado por previsibilidade de investimentos e manutenção de uma escala mínima necessária.

TECNOLOGIA É DIFERENCIAL

Em apenas sete anos após o início de produção do pré-sal, o Brasil atingiu a marca de um

milhão de barris de petróleo por dia. O resultado só foi possível pelo avanço tecnológico e pelas inovações desenvolvidas em parceria com a indústria brasileira, voltadas para a exploração de petróleo e gás em águas profundas. Mas hoje o período é desfavorável ao investimento.

A criação de equipamentos para atender às demandas do pré-sal exigiu alto investimento das fornecedoras. Mas a *expertise* adquirida no período em que o preço do petróleo chegou a US\$ 120 torna as empresas hoje mais capacitadas, podendo oferecer preço, prazo e qualidade.

De acordo com Raul Sanson, presidente da PWR Mission, o momento requer que as empresas tenham alta capacidade de adaptação. "A crise nos obriga a sair da zona de conforto. Temos que nos adequar à realidade, diminuindo o tamanho das nossas operações,

fazendo as mudanças necessárias, pensando no pós-crise. Hoje as oportunidades estão na produção, que não diminuiu investimentos em manutenção e na contratação de novas unidades”, analisou ele, que também é vice-presidente do Sistema FIRJAN e do Conselho Empresarial de Petróleo e Gás da Federação.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Para Marco Capute, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), a publicação do anuário é uma iniciativa pioneira que contribuirá para melhorar o ambiente de negócios no estado: “O documento orientará políticas

públicas de longo prazo que estimulem o desenvolvimento econômico dos municípios fluminenses, e atrairá investidores, com as análises e perspectivas para o mercado de petróleo”.

O Anuário da Indústria de Petróleo no Rio de Janeiro - Panorama 2016 foi elaborado em parceria com a Sedeis e as mais importantes entidades brasileiras do setor: ANP, Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) e a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip). “A união dos esforços dos diversos atores da indústria brasileira de petróleo apresenta uma oportunidade extraordinária para alavancar a

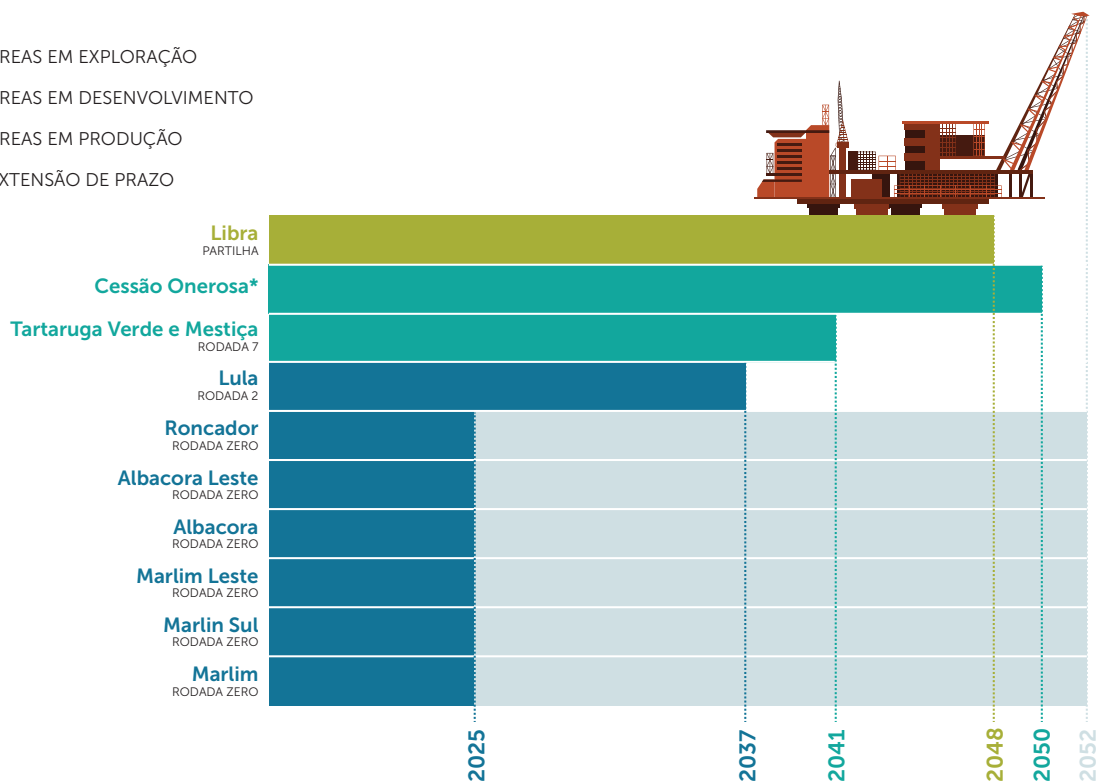
competitividade do setor no Brasil”, destacou Jorge Camargo, presidente do IBP.

Eloi Fernandez y Fernandez, diretor-geral da Onip, pondera que o mercado de petróleo está em um momento delicado internacionalmente: “Incluído neste cenário, a publicação do Anuário se posiciona como uma iniciativa ímpar para divulgar amplamente, com bases sólidas, os pontos onde não só o Rio de Janeiro, mas também o Brasil precisa atuar para melhorar o ambiente de negócios”.

A publicação foi lançada em 5 de julho e está disponível no site www.firjan.com.br/petroleoegas.

VIGÊNCIA DOS CONTRATOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS LICITADAS NO BRASIL

- ÁREAS EM EXPLORAÇÃO
- ÁREAS EM DESENVOLVIMENTO
- ÁREAS EM PRODUÇÃO
- EXTENSÃO DE PRAZO



*Inclui Búzios, Sul de Sururu, Norte de Sururu, Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Atapu, Itapu, Sépia, Sul de Lula e Sul de Sapinhoá.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ANP e Petrobras

FORTALECIMENTO DE PPPs É CAMINHO PARA ALAVANCAR INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA NO BRASIL

Retomar os investimentos em infraestrutura através de programas de desestatização, ampliando a participação do setor privado, é fundamental para restabelecer o crescimento econômico. A realização de novas Parcerias Público-Privadas (PPPs) é uma das políticas que podem aumentar o espaço para a atuação empresarial.

As PPPs são uma modalidade de concessão adotada pelos governos municipais, estaduais ou federal, na qual o parceiro privado assume o compromisso de construir e/ou administrar equipamentos (rodovias, ferrovias, por exemplo) ou serviços públicos (como iluminação, saneamento). Diferentemente da concessão comum, nesse modelo a remuneração ao setor privado pode ser feita diretamente pelos governos ou em um *mix* de tarifas e complementação do ente público.

Um dos benefícios para o governo, é o ganho em eficiência e melhor uso dos recursos públicos, pois confere às empresas a tarefa de gerenciar os serviços. Para o setor privado, as PPPs trazem vantagens em razão das diversas possibilidades de novos



Fabiano Veneza

O Porto Maravilha é um dos exemplos de Parceria Público-Privada no Rio de Janeiro

negócios. O modelo tem como principal beneficiário a sociedade, que usufrui de serviços públicos mais eficazes e de maior qualidade.

Por serem projetos de longa duração e grande complexidade, as PPPs também envolvem riscos. “Para se tornarem atraentes aos investidores, as parcerias precisam ser bem analisadas, com avaliação de sua viabilidade, além de bons e consistentes estudos. Isso transmite

confiança”, destacou Mauro Viegas, presidente do Conselho Empresarial de Infraestrutura do Sistema FIRJAN.

Um exemplo bem-sucedido de parceria no estado do Rio é o Porto Maravilha. Uma das maiores PPPs do país, com valor de R\$ 7,6 bilhões, o projeto concedeu uma área de cinco milhões de metros quadrados, na Região Portuária do Rio de Janeiro, à gestão da iniciativa privada para revitalização e desenvolvimento da infraestrutura local.

O Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), cujo primeiro trecho foi inaugurado em junho, é outra importante PPP na capital fluminense, no valor de R\$ 1,2 bilhão. Ligando o Aeroporto Santos Dumont à Rodoviária Novo Rio, o VLT transportará até 300 mil passageiros por dia.

PPPs PRIORITÁRIAS

Com o objetivo de identificar oportunidades em PPPs e concessões que possam ser realizadas no curto prazo, a FIRJAN analisou centenas de

MEDIDAS PARA ALAVANCAR PPPs

- Adequar a legislação referente a concessões e parcerias público-privadas
- Abrir espaços para a participação de empresas de médio e pequeno portes
- Permitir que investidores estrangeiros liderem consórcios
- Garantir que os procedimentos, em suas fases preliminares, contemplem a elaboração dos projetos executivos e licenciamentos
- Reduzir o peso da regulação sobre a taxa de retorno
- Incentivar o uso de Project Finance
- Ampliar o uso dos fundos de investimento em debêntures de infraestrutura
- Criar carteira de projetos atrativa para o setor privado

projetos de concessões, autorizações e PPPs previstas nos Programas de Investimentos em Logística (PIL I e II) do governo federal, além de projetos destacados por instituições do setor de infraestrutura logística. Ao considerar a matriz de fatores de riscos, foram selecionados 36 projetos que devem ser priorizados por seu potencial de atratividade para investidores e por promoverem o desenvolvimento nacional. Estas propostas podem garantir R\$ 110,1 bilhões de investimentos privados no curto prazo.

“O objetivo é destravar investimentos que melhorem a infraestrutura e reduzam custos logísticos. Uma consequência direta para o Rio de Janeiro é o fortalecimento do estado como a plataforma logística internacional do Brasil”, explica Riley Rodrigues, especialista de Ambiente de Negócios e Infraestrutura da FIRJAN.

A construção da Estrada de Ferro Rio-Vitória (EF-118), que ligará os portos desses dois estados; da Ferrovia Litorânea Norte, de Pedro Canário a Aracruz, no Espírito Santo; e da rodovia BR-262/381 de Minas Gerais ao Espírito Santo estão entre os projetos identificados como prioritários. Também está incluída a ampliação da capacidade dos terminais aeroportuários, como o de Macaé, o de Campos e o Santos Dumont, na capital fluminense.

Para alavancar esses projetos, é preciso um conjunto de medidas que traga mais segurança para potenciais investidores. A primeira delas passa por uma revisão da legislação de concessões e PPPs que reduza os riscos políticos, financeiros, jurídicos e ambientais. A Federação considera necessário que esses modelos de contratação sejam estruturados de forma a ampliar a participação das pequenas

PRINCIPAIS PPPs NO RIO DE JANEIRO



e médias empresas, ainda pouco atuantes. Permitir que investidores estrangeiros, com *expertise* em projetos de infraestrutura, liderem consórcios é outra iniciativa que fortalece o papel do setor privado, uma vez que eles têm grande capacidade de investimento. Para isso é importante retirar dos editais as chamadas barreiras técnicas e acabar com a limitação de serem apenas parceiros minoritários.

Com o propósito de reduzir eventuais falhas que demandem contratos aditivos e aumentem o custos dos investimentos, a FIRJAN propõe que, nas fases preliminares de contratação, sejam incluídos os projetos executivos e de licenciamento. Contribuindo com soluções para o poder público, a Federação entregou, em junho, essas propostas ao secretário do Programa de Parcerias de Investimentos do governo federal, Moreira Franco.

Uma das sugestões inseridas no documento é a de concessão à iniciativa privada dos serviços de dragagem nos portos públicos. Atualmente de responsabilidade da Secretaria de Portos (SEP), passou a ser defendida pelo governo federal como forma de aumentar a competitividade do setor.

“É importante que essas medidas sejam avaliadas pelo poder público, pois viabilizam a participação do setor privado em projetos estratégicos para a competitividade do país. É por meio dessas ações que promovemos condições de crescimento para o estado do Rio e para o Brasil”, afirmou Carlos Fernando Gross, presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro (Sinfar-RJ) e vice-presidente do Sistema FIRJAN.

Confira as propostas da Federação em <http://bit.ly/28Ymdfd>.

CRISE ENFRENTADA PELOS ESTADOS BRASILEIROS DEMANDA REFORMAS ESTRUTURAIS NA POLÍTICA FISCAL

A superação da crise econômica enfrentada pelo Brasil passa, necessariamente, por um ajuste das contas públicas. A grave situação fiscal verificada no âmbito federal, no entanto, também é realidade em grande parte dos estados brasileiros. Oito unidades federativas fecharam 2015 com mais da metade do orçamento comprometido com despesas a serem pagas no ano seguinte. No estado do Rio, esse percentual atingiu 67%.

Uma das propostas do Sistema FIRJAN para a retomada do crescimento e reequilíbrio fiscal é a extensão aos estados e municípios do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos públicos. A medida foi defendida pelo presidente interino Michel Temer, que condicionou a renegociação da dívida dos estados à aprovação da PEC no Congresso Nacional.

“Não há mais espaço para resolver o problema das contas públicas recorrendo ao aumento da carga tributária e à inflação. É preciso, sim, estabelecer um limite para os gastos do setor público, e isso nas três esferas de governo”, destacou o presidente da FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira.

SISTEMA DE METAS

Para a Federação, a fixação de um teto para os gastos governamentais é uma iniciativa importante, mas que deve ser acompanhada de outras igualmente necessárias para o ajuste das contas públicas. Em razão da gravidade da crise fiscal brasileira, a FIRJAN defende um sistema de metas para o endividamento público, semelhante ao implementado para controle da inflação no início da década de 1990.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NA ESTRUTURA FISCAL BRASILEIRA SUGERIDAS PELA FIRJAN

LIMITE DE CRESCIMENTO PARA OS GASTOS CORRENTES

Criação de uma “regra de ouro” que impeça que as políticas fiscais adotadas em períodos de menor crescimento econômico sejam usadas para custear gastos correntes



PROGRAMA DE VENDA DE ATIVOS

Foco nos setores bancário e de Infraestrutura. Ganhos potenciais podem ultrapassar 4% do PIB, no caso federal



ENFRENTAMENTO DE QUESTÕES ESTRUTURAIS FUNDAMENTAIS PARA O EQUILÍBRIO FISCAL

Entre as prioridades estão a redução de vinculações obrigatórias do orçamento nas três esferas de governo e a reforma da Previdência



Além de dar mais segurança para investidores, esse sistema reduziria o desalinhamento entre as políticas fiscais e econômicas.

Outras ações complementares também devem ser adotadas. Entre elas, a criação de um programa de venda de ativos, a reforma da previdência e a redução dos gastos obrigatórios do orçamento público. Essa última medida daria fim a um dos problemas que está na base da crise fiscal. A rigidez orçamentária reduz a capacidade de adequação dos gastos públicos às variações da conjuntura econômica, além de, em momentos como o atual – de queda de receita – resultar na elevação de déficits.

Para Luiz César Caetano, presidente do Sindicato da Indústria da

Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal), as propostas defendidas pela FIRJAN são imprescindíveis para que os governos consigam equilibrar suas contas no longo prazo.

“Há um problema estrutural na gestão orçamentária dos estados, e as ações que a FIRJAN propõe não paralisam a atividade produtiva. Quando a administração pública tem despesas maiores que as receitas, procura aumentar a arrecadação com novos impostos, tirando a competitividade da indústria”, alertou Caetano, que também é vice-presidente do Conselho Empresarial de Economia do Sistema FIRJAN.

Leia mais sobre as propostas da FIRJAN em <http://bit.ly/292ctBc>.

MODERNIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS É DEMANDA PRIMORDIAL PARA EXPANSÃO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL

Com a difusão de novas tecnologias, a indústria audiovisual passou por transformações que mudaram não só as formas de produção como também as relações de trabalho. Entender as leis trabalhistas e suas aplicações em um mercado identificado pelo dinamismo é um dos desafios que esse segmento enfrenta atualmente.

De acordo com Pedro Capanema, consultor Jurídico do Sistema FIRJAN, a compreensão correta da legislação do trabalho é um fator primordial para evitar custos jurídicos às companhias. “É muito importante conhecer a lei, pois as empresas enfrentam determinadas situações sem sequer saber a quais riscos estão sendo expostas”, alerta.

Diferentemente de uma indústria tradicional, o mercado audiovisual demanda muitas contratações pontuais e temporárias para o desenvolvimento de projetos específicos, como filmes e peças publicitárias. Por isso, as formas de contratação de mão de obra são um dos aspectos que precisam ser bem analisados pelas empresas.

As relações de trabalho, especialmente nesse setor, vão além da contratação pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O trabalho autônomo, a prestação de serviços personalíssimos para admissão de profissionais com *expertise* em assuntos específicos, a cooperativa de serviços e a terceirização são algumas das modalidades de relação laboral. Esta última, segundo Capanema, pode

trazer muitos benefícios para as indústrias, como a redução de custos e o aumento da eficiência, permitindo que as produtoras possam focar nas atividades principais que desenvolvem.

TERCEIRIZAÇÃO

Magda Hruza, advogada especializada em Gestão de Conflitos Trabalhistas, defende que a terceirização é um instrumento importante para viabilizar a expansão do segmento. Para a especialista, a legislação do setor, como a Lei nº 6.533/78, que regulamenta as profissões de artista e técnico de espetáculo, representou um avanço para a época em que foram criadas, mas precisa ser ajustada para os tempos atuais: “É necessário que o Direito se adeque aos novos processos produtivos. Por isso, os acordos

e convenções coletivas são estratégicos para dar segurança jurídica às indústrias”.

Segundo Sílvia Rabello, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav), a realidade atual traz desafios que as leis em vigor não contemplam. “O desenvolvimento tecnológico avançou rapidamente na nossa área e precisa ser transportado para as relações laborais. O que buscamos é um equilíbrio entre o que existe na legislação e as necessidades da produção audiovisual”, afirma.

As relações de trabalho estiveram em debate no seminário de audiovisual promovido pela FIRJAN e pelo Sicav. O evento aconteceu em 28 de junho, na sede da Federação.



O mercado de trabalho audiovisual tem peculiaridades não contempladas pela legislação



MAPA DO DESENVOLVIMENTO: AÇÕES BUSCAM AVANÇOS NO MERCADO DE TRABALHO E INCREMENTO DA PRODUTIVIDADE

A qualificação do trabalhador e a modernização da legislação trabalhista são aspectos primordiais para a competitividade industrial. Por isso, o Sistema FIRJAN reuniu, no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025, ações que promovem o incremento do mercado de trabalho fluminense.

Entre as propostas da indústria para flexibilizar e simplificar as leis do trabalho está a regulamentação da terceirização. De acordo com Renan Feghali, vice-presidente do Conselho Empresarial de Política Social e Trabalhista da FIRJAN, essa medida se mostrou vitoriosa nas principais economias do mundo e em empresas globais líderes de mercado. “A terceirização é uma tendência mundial porque fomenta a especialização das atividades, o que gera ganho de produtividade e beneficia toda a economia”, explicou.

Outra ação prevista no Mapa é a livre negociação entre empresas e sindicatos dos trabalhadores. Isso viabilizaria jornadas de trabalho mais flexíveis, com ganhos para empregados e empregadores.

Nessa mesma direção, o documento propõe que a regra de reajuste do salário mínimo leve em consideração a conjuntura

MERCADO DE TRABALHO

Flexibilizar e simplificar a legislação trabalhista



Reduzir o custo do trabalho



Estimular a educação para o trabalho



Promover a saúde e a segurança do trabalhador



econômica do país, evitando que a indústria seja penalizada com aumento de custos acima de sua capacidade.

“O aumento não pode ser automático. Além disso, indexação do salário mínimo tem impactos diretos sobre a inflação, e quando esta sobe, quem mais sofre é justamente o trabalhador”, alertou Feghali.

Promover a educação para o trabalho também é um dos

objetivos do Mapa para que o estado entre em um novo ciclo de desenvolvimento. O fortalecimento da política de educação básica, regular e de jovens adultos, alinhada às necessidades industriais, está entre as ações defendidas no documento para formar mão de obra qualificada para a indústria. O estímulo à criação de institutos tecnológicos, por exemplo, traz ganhos na especialização de profissionais que possam responder aos desafios industriais.

A promoção da saúde e da segurança do trabalhador também consiste em vantagens competitivas para as empresas. Iniciativas como o incentivo a programas e serviços voltados para o profissional da indústria reduzem problemas como o absenteísmo, trazendo ganhos como o incremento da produtividade.

“O investimento na saúde do trabalhador é fundamental para sua moral e desempenho. Isso tem retorno direto para as empresas, pois se perde muito com o absenteísmo”, pontuou Feghali. Conheça mais detalhes das propostas do Mapa do Desenvolvimento para o mercado de trabalho em <http://bit.ly/28WTxUO>.

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência de Comunicação e Marketing:** Juliane Oliveira e Lorena Storani. **Editada pela Insight Comunicação.** Editor Geral: Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Janaina Salles e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Arte Criação.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

COMITÊ DA FIRJAN ANALISA OPORTUNIDADES E ENTRAVES NA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil e o primeiro do estado do Rio. Entretanto, empresas e especialistas acreditam que ainda há muito para avançar na relação bilateral. Para debater os principais entraves comerciais e pensar em ações que ajudem a alavancar o fluxo de comércio entre os dois países, o Sistema FIRJAN realizou a primeira reunião do Comitê Estados Unidos.

A atividade faz parte das propostas para os comitês geográficos, criados pela FIRJAN Internacional para pensar estratégias com base na realidade de cada país, por meio da participação de empresas atuantes nos mercados. Segundo Julio Talon, presidente do Comitê Estados Unidos, a iniciativa cria oportunidade de as empresas compartilharem estratégias de sucesso para potencializar o comércio bilateral.

“O fato de começarmos pelos Estados Unidos aumenta ainda mais a nossa responsabilidade. Tenho certeza de que vamos realizar um excelente trabalho. Vamos verificar as demandas e oportunidades a fim de criarmos uma agenda junto com a FIRJAN Internacional, definindo os próximos passos”, destacou Talon, diretor-geral da GE Celma, que deve faturar R\$ 1,5 bilhão em serviços para os EUA este ano, do total de R\$ 2 bilhões esperados.

O grupo é formado por empresários de setores como aviação, alimentos e bebidas e aço. Para Luiz Paulo Barreto, diretor Corporativo Institucional da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a empresa está com o foco no mercado externo para não perder competitividade. “Estamos em um momento grave do setor no



Divulgação/Instituto Aço Brasil

Semimanufaturados de aço estão entre os principais itens de exportação do Rio para os EUA

“As regras do jogo estão mudando, e o Brasil necessita se preparar para esse novo processo de negociações”

Roberto Abdenur
Embaixador

Brasil. No cenário interno a perspectiva não muda nos próximos meses”, ressaltou.

Entre os temas levantados pelos gestores como prioritários estão o regime de tributação, questões sanitárias e fitossanitárias, defesa comercial, logística, principalmente voo de cargas, ineficiência dos portos e a burocracia no país, que aumenta o tempo de exportação.

De acordo com o embaixador Roberto Abdenur, convidado

para falar sobre a experiência na Embaixada do Brasil em Washington, há outros pontos que o país deve observar, como a convergência regulatória. “As regras do jogo estão mudando, e o Brasil necessita se preparar para esse novo processo de negociações”, avaliou.

Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente da Federação e presidente da FIRJAN Internacional, acredita que a participação da indústria na elaboração das novas propostas é fundamental: “O resultado dessa primeira reunião foi altamente positivo. É isso que nós queremos: que haja um entrosamento entre as empresas, para trabalharmos como uma entidade de apoio, dando suporte às ações”.

Informações sobre as iniciativas da FIRJAN Internacional pelo e-mail: firjaninternacional@firjan.org.br. O encontro do Comitê Estados Unidos aconteceu na sede da Federação, em 28 de junho.

Em fase de regulamentação, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCT&I) traz mudanças como a maior aproximação de universidades e empresas para desenvolvimento tecnológico e a facilitação para importação de insumos destinados a pesquisa e inovação. Em entrevista à Carta da Indústria, **Raimar van den Bylaardt**, diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei), fala sobre as oportunidades e resultados esperados com esse marco. Ele participou da reunião do Conselho Empresarial de Tecnologia do Sistema FIRJAN, em junho.



Divulgação/Anpei

FORTALECIMENTO DO AMBIENTE REGULATÓRIO PARA A INOVAÇÃO

CARTA DA INDÚSTRIA – Que resultados podemos esperar com a regulamentação do Marco Legal da Inovação?

RAIMAR VAN DEN BYLAARDT – A questão central é facilitar os processos e melhorar a interação das empresas com agências de fomento e instituições de pesquisa científica e tecnológica (ICTs). Há uma expectativa de melhorias nesse relacionamento e nas formas de atuação. Há também questões relacionadas a descomplicar os processos de prestação de contas e facilitar os processos de contratação de serviços. Há todo um conjunto de fatores que são fundamentais para a melhoria desse relacionamento.

CI – A nova legislação amplia as oportunidades de inovação para as empresas?

RVDB – Ainda é cedo para avaliar novas oportunidades. Isso dependerá do quanto a regulamentação vai avançar, do quanto será ousada no sentido de trazer benefícios. A Anpei propõe, por exemplo, que exista um processo de contratação de fluxo contínuo previsto na legislação. Não é o ideal abrir editais com propostas dentro de um determinado segmento e, depois, não saber quando se terá outro.

CI – Como avalia o potencial das empresas do estado do Rio para o desenvolvimento da inovação?

RVDB – Depende muito dos segmentos que olhamos. Na indústria de petróleo e gás, o posicionamento das empresas é excelente, tem um volume muito grande

de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, principalmente em função das cláusulas de investimento em P&D dos contratos de concessão da Agência Nacional do Petróleo (ANP). E existe um excelente relacionamento entre essas companhias e as ICTs do Rio de Janeiro, até pelo fato de empresas operadoras estarem em sua maioria no estado. Existem outros setores que também têm tido grandes oportunidades de inovação. Mas algum tipo de incentivo é fundamental. Nem tanto do incentivo fiscal em si, mas na regulação dos processos. Um exemplo que posso dar é a concessão de bolsas de estudo. Muitas empresas gostariam de elas próprias concederem bolsas de estudos para incentivar alunos a estudarem temas relacionados a suas áreas de interesse. Infelizmente, a legislação não permite que uma empresa dê uma bolsa de estudo. Falta uma regulação na lei.

CI – Quais os maiores desafios para o fomento à inovação nas empresas?

RVDB – Uma questão que precisa ser entendida é a real extensão dos processos de inovação. Entre as linhas de fomento, temos algumas que cuidam de uma etapa apenas. E precisamos, como indústria, concluir todas as fases para a inovação. Esse processo só é finalizado quando o produto está no mercado. Isso cria a necessidade de expandir sistemas de fomento para atender, por exemplo, questões de certificação de produtos e de financiamento a proteção de propriedade intelectual. Um dos grandes desafios é trabalhar essas lacunas que existem em sistemas de fomento.